



Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância



primeiríssima infância

Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância

CARTA AO MUNICÍPIO

O município que prioriza a primeiríssima infância, como é chamado o período que vai da gestação aos três primeiros anos de vida de uma criança, planta sementes para uma sociedade mais digna, justa e saudável. Sim, porque, além de ser fundamental para o desenvolvimento da criança pequena, a atenção à primeiríssima infância torna-se um vetor de justiça social na medida em que seja capaz de garantir igualdade de oportunidades desde o início da vida.

No entanto, não bastam boas intenções e encantamento pela causa da primeiríssima infância. É essencial que se assuma um compromisso em favor do desenvolvimento integral da criança pequena, compreendendo aspectos físicos, cognitivos e psicossociais. Unir aos talentos locais conhecimentos e práticas bem-sucedidas sobre o tema é uma das estratégias para dar início a um trabalho que, de fato, traga resultados à cidade.

É papel do município oferecer a atenção necessária à criança pequena, direcionando recursos, capital humano, energia e tempo para o seu bem-estar, de modo a cumprir o que já está formalmente traçado na **Constituição Federal** de 1988 e que foi reforçado pela Lei Federal nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por meio desses marcos legais, se deu a reorganização federativa que delegou aos municípios autonomia e responsabilidade sobre as políticas sociais, inclusive aquelas voltadas à faixa etária de zero a três anos.

Assim, o município desempenha papel fundamental na implantação de políticas por ser o local onde ocorrem as interações mais diretas entre os gestores públicos e a população. Quando um cidadão precisa de um leito em um hospital, de uma vaga na creche, de remédios e inúmeros outros serviços, é do município que se espera uma ação. No município, as necessidades da população se



Constituição Federal

Art. 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

manifestam de maneira mais concreta e, por isso, é nessa esfera que ocorre o exercício mais imediato da cidadania.

Para ajudar os municípios a assumirem esse compromisso com as crianças pequenas e suas famílias, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) elaborou este guia, a fim de que os gestores e demais profissionais do município possam realmente mudar o atual estado de coisas, fazendo diferença na história e na vida das crianças e da sociedade como um todo.

Eduardo de C. Queiroz

Diretor-presidente

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV)

SOBRE A FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL (FMCSV)

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) foi estabelecida em 1965 e tem na promoção integral do desenvolvimento da primeira infância (zero aos seis anos de idade) seu principal foco de atuação. A FMCSV mantém diversos projetos de incentivo ao desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como projetos de intervenção social em municípios, incentivo a pesquisas, realização de cursos e oficinas, elaboração de publicações, entre outras ações, para expandir o conhecimento sobre a importância do desenvolvimento na primeira infância.

MISSÃO

Gerar e disseminar conhecimento para o desenvolvimento integral da criança.

VISÃO

Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade.

Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância é uma publicação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), elaborada a partir da experiência do Programa Primeiríssima Infância. Esta publicação é parte integrante da Coleção Primeiríssima Infância.

Direitos e permissões

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que citadas a fonte e a autoria.

Realização

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
www.fmcsv.org.br

Diretor-presidente

Eduardo de C. Queiroz

Gerente de avaliação e pesquisa

Eduardo Marino

Gerente de comunicação

Andréa Victor Wolffenbüttel

Gerente de programas

Ely Harasawa

Coordenadora de programas

Gabriela Aratangy Pluciennik

Organização da Coleção Primeiríssima Infância

Eduardo Marino
Ely Harasawa
Gabriela Aratangy Pluciennik

Coordenação editorial e edição

Sandra Mara Costa

Colaboração

Andreza Adami
Lucila Rupp
Mariângela S. de Almeida
Vanessa Pancheri

Revisão

Mauro de Barros

Projeto gráfico e editoração

Studio 113

Capa

123RF.com

CTP e impressão

Centrográfica

Tiragem

800 exemplares

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância / [organizadores Eduardo Marino, Ely Harasawa, Gabriela Aratangy Pluciennik]. -- 1. ed. -- São Paulo : Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014. -- (Coleção primeiríssima infância ; v. 1)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN da coleção 978-85-61897-05-5

ISBN do livro 978-85-61897-06-2

1. Crianças - Desenvolvimento 2. Puericultura

I. Marino, Eduardo. II. Harasawa, Ely.

III. Pluciennik, Gabriela Aratangy. IV. Série.

14-11344

CDD-649.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento infantil : Puericultura
649.1

SUMÁRIO

Apresentação	11
Programa Primeiríssima Infância	14
Por que investir na primeiríssima infância	18
Como seu município pode cuidar da criança pequena	20
Como iniciar o desenho de um programa de atenção à primeiríssima infância	24
Os eixos estratégicos	25
Os passos para a implementação de um programa voltado à primeiríssima infância em seu município	28
Passo 1 – Formar um Comitê Gestor Municipal	28
Passo 2 – Escolher o Articulador Local	32
Passo 3 – Realizar a Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância	33
Passo 4 – Planejar o programa	35
Passo 5 – Lançar o programa	37
Passo 6 – Promover a formação dos profissionais	38
Passo 7 – Apoiar a gestão e a governança	44
Passo 8 – Mobilizar a comunidade	44
Passo 9 – Monitorar, avaliar e replanejar o programa	47
Passo 10 – Garantir a sustentabilidade do programa	50
As muitas conquistas pela primeiríssima infância	52
Agora é a sua vez	58
Anexos	61
Anexo 1 – Programas federais para a primeira e a primeiríssima infância	62
Anexo 2 – Modelo de Plano de Trabalho/Plano de Ação do Programa	64
Anexo 3 – Modelo de Relatório Mensal do Articulador Local	65
Anexo 4 – Modelo de Relatório de Formação e Supervisão	66
Anexo 5 – Modelo de portaria ou decreto de instituição do Comitê Gestor Municipal	67
Anexo 6 – Modelo de lei que institui a Semana do Bebê	68

APRESENTAÇÃO

“Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância” é uma publicação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) que foi estruturada a partir da experiência acumulada no seu Programa Primeiríssima Infância, testado em 14 cidades do Estado de São Paulo entre 2009 e 2013. Essa experiência tem alcançado resultados concretos na vida e no bem-estar da criança de zero a três anos e de suas famílias. Ela acontece por meio de intervenções e atividades formativas realizadas em toda a rede de atendimento e proteção, bem como a partir de ações voltadas para a comunidade.

Nesta publicação, você terá acesso ao modelo desenvolvido, utilizado e aprimorado pelo Programa Primeiríssima Infância. A metodologia compreende ferramentas e instrumentos de implementação, monitoramento, avaliação e sustentabilidade. O material apresenta os passos fundamentais para a criação e implantação de programas e políticas que priorizam a primeiríssima infância, operando como um guia de orientação para o investimento em prol da criança pequena.

A proposta desta publicação é ser um instrumento que ajude as gestões municipais em seus diversos níveis, e em diálogo com a sociedade civil, a elaborarem e qualificarem programas focados na primeiríssima infância. A ideia é que o município possa transformar o passo a passo aqui sugerido em um programa ou política apropriada à gestante, à criança pequena e às famílias com crianças pequenas, adaptando-o de acordo com as necessidades, estrutura, cultura e recursos locais disponíveis.

Este guia é o documento base de um conjunto de materiais preparado pela FMCSV para apoiar a implantação de programas de primeiríssima infância e disponibilizado integralmente no site www.fmcsv.org.br

sob o título Coleção Primeiríssima Infância. O acesso também se dá diretamente pela página www.colecaoprimeirissima.org.br. Fazem parte da coleção os seguintes materiais:

- Guia “Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância no seu município”.
- Guia “Avaliação participativa da atenção à primeiríssima infância”.
- Seis cadernos com material formativo do Programa Primeiríssima Infância.
- Kit com 12 folhetos do Programa Primeiríssima Infância.

Nas próximas páginas, você encontrará orientações que vão ajudá-lo a proporcionar mudanças efetivas em sua cidade, tornando-a mais consciente, preparada e respeitosa no cuidado com a primeiríssima infância. Assim, seu município estará de fato buscando o desenvolvimento integral e integrado da criança pequena – ou seja, atentando para aspectos físicos, cognitivos e psicossociais da criança, em uma perspectiva de atendimento que integra os serviços de educação, saúde e desenvolvimento social e outros atores sociais relevantes.

E tem mais: seu município não está sozinho neste desafio. A FMCSV é sua aliada e, além de disponibilizar materiais que auxiliam a efetivação de programas e práticas profissionais para o desenvolvimento integral e integrado das crianças pequenas, poderá dar-lhe suporte remoto. Para tanto, basta entrar em contato pelo site www.fmcsv.org.br

Vire a página e comece a pôr em prática uma maneira integral de perceber, acolher e cuidar da criança pequena.

Boa leitura!

Coleção Primeiríssima Infância	Principais públicos
1. Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância	<ul style="list-style-type: none"> – Gestores públicos (principalmente prefeitos, secretários municipais e outras pessoas ligadas à gestão dos serviços públicos) – Comitê Gestor Municipal (gestores públicos, técnicos de secretarias e da rede de atendimento e lideranças sociais) – Articulador Local – Grupo de Trabalho da Avaliação
2. Avaliação participativa da atenção à primeiríssima infância	<ul style="list-style-type: none"> – Grupo de Trabalho da Avaliação – Facilitador externo da avaliação – Comitê Gestor Municipal – Articulador Local
<p>Cadernos com material formativo do Programa Primeiríssima Infância:</p> <p>3. Formação em pré-natal, puerpério e amamentação: práticas ampliadas</p> <p>4. Formação em trabalho com grupos: famílias grávidas e com crianças de até três anos</p> <p>5. Formação em espaços lúdicos</p> <p>6. Formação em educação infantil: zero a três anos</p> <p>7. Formação em humanização do parto e nascimento</p> <p>8. Formação em puericultura: práticas ampliadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Formador/supervisor – Multiplicadores/reeditores de conteúdo das oficinas de formação ministradas nos diversos temas – Grupo de Trabalho da Avaliação – Articulador Local
Kit com 12 folhetos do Programa Primeiríssima Infância	<ul style="list-style-type: none"> – População em geral

As publicações da Coleção Primeiríssima Infância são voltadas também a profissionais com perfil técnico nas diversas áreas de atenção à primeiríssima infância, bem como aos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, representantes de organizações não governamentais (ONGs), jornalistas/comunicadores e pesquisadores/membros da universidade. Todos aqueles que possuem conhecimento e compromisso com a primeiríssima infância são bem-vindos para contribuir.

Programa **PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA**



Para saber sobre a **história e o trabalho da FMCSV**, entre no canal da FMCSV no YouTube (www.youtube.com/FMCSV) e selecione o vídeo "Conheça a FMCSV".

O Programa Primeiríssima Infância foi idealizado para qualificar o atendimento e o cuidado à criança de zero a três anos, favorecendo seu desenvolvimento integral e integrado. A palavra integral refere-se à observação do desenvolvimento da criança de modo mais amplo, englobando aspectos físicos, cognitivos e psicossociais. O termo integrado, por sua vez, traz a perspectiva da intersectorialidade, ou seja, de um atendimento que associe os serviços de educação, saúde, desenvolvimento social e outros atores sociais relevantes na atenção à criança.

A primeira fase de implementação do Programa Primeiríssima Infância aconteceu em 2009, em parceria com seis cidades do Estado de São Paulo: Botucatu, Itupeva, Penápolis, São Carlos, São José do Rio Pardo e Votuporanga. Em 2011, o programa passou a ser implementado também na cidade de São Paulo, na microrregião do distrito Cidade Ademar, na zona sul da capital. Em 2012, com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), foi estendido a Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba e Várzea Paulista, em um formato configurado para uma atuação regional.

Para melhorar as condições de vida das crianças pequenas e oferecer a elas as melhores oportunidades de desenvolvimento, a metodologia do Programa Primeiríssima Infância propõe a estruturação de um programa com base em quatro eixos estratégicos. São eles:

1. Apoio à governança

Estimular a criação e o fortalecimento de uma estrutura de governança local que favoreça o trabalho em rede, com articulação e sinergia de ações setoriais e intersetoriais para a construção de políticas públicas integradas, que priorizem a promoção do desenvolvimento infantil e garantam a institucionalização de uma prática social sustentável e de qualidade.

2. Desenvolvimento de capacidades

Capacitar os profissionais e qualificar o atendimento das gestantes e crianças de zero a três anos nos serviços de educação infantil, saúde e desenvolvimento social.

3. Mobilização comunitária

Sensibilizar, conscientizar e mobilizar as comunidades locais para a importância da atenção à primeiríssima infância para o desenvolvimento social, político, cultural e econômico do município.

4. Monitoramento e avaliação

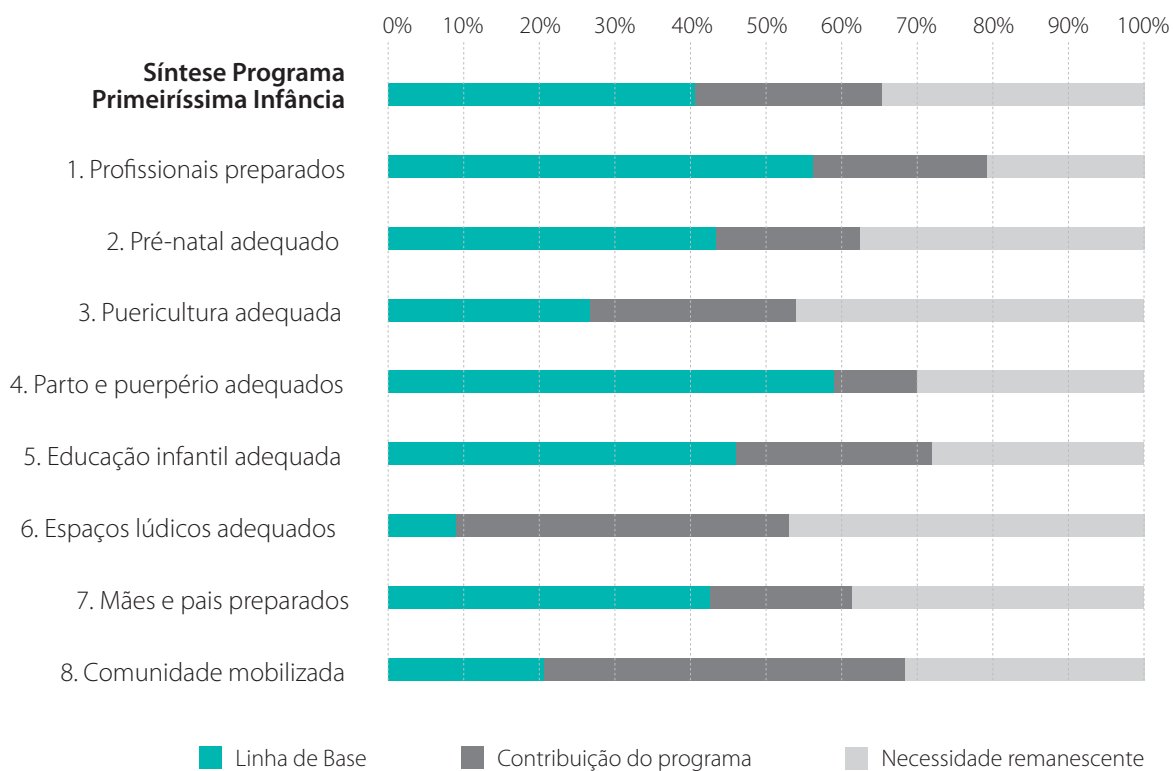
Monitorar e avaliar as ações para corrigir falhas e adequar estratégias no decorrer do percurso, bem como para comparar o trabalho de atenção à criança pequena antes e depois da implantação do programa.

No fim desta publicação, há o detalhamento de vários resultados decorrentes da implementação do programa. A avaliação de resultados realizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) nos municípios que iniciaram a implantação do programa em 2009 apontou a significativa melhora nos indicadores avaliados. E, mais do que isso, houve inversão no cenário comparativo entre os indicadores críticos e os indicadores que se constituem como boas práticas.

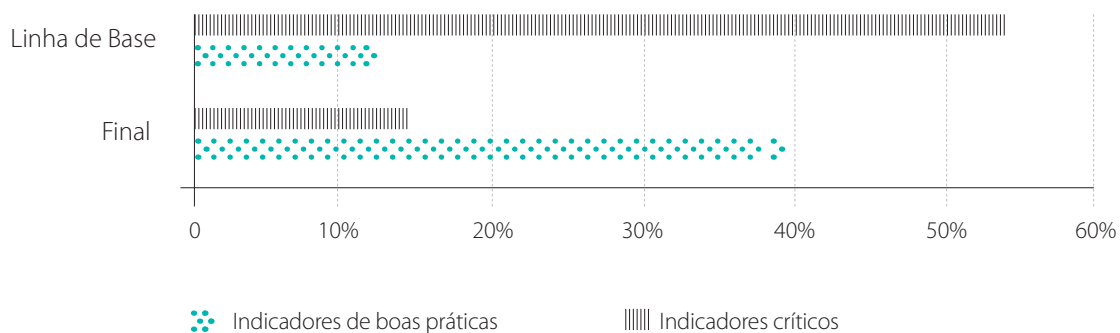


Conheça mais detalhadamente as **bases conceituais do Programa Primeiríssima Infância** acessando “Fundamentos do Desenvolvimento Infantil – da gestação aos três anos”, uma publicação da FMCSV. Busque pelo título na seção Acervo Digital do site www.fmcsv.org.br

Desempenho geral dos municípios pioneiros do Programa Primeiríssima Infância nas oito dimensões de impacto avaliadas



Evolução dos indicadores críticos e de boas práticas



O programa pode ser adotado por qualquer cidade que queira fortalecer o desenvolvimento integral e integrado da primeira infância, bem como o tecido social dos municípios, Estados e de todo o país.

Inovação social

A qualidade do Programa Primeiríssima Infância foi reconhecida com a conquista de um prêmio internacional, concedido pela Fundação Alas e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como melhor programa de inovação social para a primeira infância na América Latina em 2014. Para saber mais sobre o Prêmio Alas/BID, acesse <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/noticias-e-eventos/Paginas/Programa-Primeirissima-Infancia-e-vencedor-do-premio-ALAS-BID.aspx>

POR QUE INVESTIR

na primeiríssima infância

As experiências vividas por uma criança ao longo dos primeiros anos de vida têm forte influência sobre o seu desenvolvimento. Tudo o que a criança experimenta no mundo externo (vivências e estímulos cognitivos, sensoriais e afetivos compartilhados pela família, cuidadores e membros da comunidade) desempenha um papel em sua constituição como indivíduo.

Distintas áreas de conhecimentos realizaram estudos sobre a importância dos primeiros anos na vida de uma pessoa – desde a educação, a psicologia e a psicanálise até os mais recentes estudos da neurociência. Embora partam de perspectivas diferentes, tais campos de conhecimento convergem em relação à relevância das relações afetivas que se estabelecem nos anos iniciais de uma criança.

O que as pesquisas apontam é que a criação e o fortalecimento do vínculo entre bebê e cuidador são fundamentais para o desenvolvimento infantil. Esta relação é a fonte de segurança, autoestima e apego que o bebê precisa para compor o alicerce de sua existência, sobre o qual poderá construir conhecimento e autonomia no decorrer dos anos. A criança que tem atenção, estímulos e apego de seus cuidadores se sente apta a pôr em marcha sua curiosidade de desbravar e experimentar o mundo.

Um ambiente que responde às necessidades individuais, tanto de ordem emocional quanto física e biológica, proporciona essa segurança à criança pequena e potencializa o seu desenvolvimento. Por outro lado, quando a criança é negligenciada, o seu desenvolvimento pode ser comprometido.

Situações de descuido extremo e frequente com a criança de até três anos provocam o chamado “estresse tóxico”. Isso se dá da seguinte maneira: quando o bebê tem alguma sensação desagradável ou ameaçadora, seu

organismo desencadeia um processo de alerta em que uma descarga de adrenalina faz com que seu coração fique acelerado. Se ele é atendido adequadamente e se sente protegido, o sistema de estresse é desativado, construindo uma memória de satisfação promotora de saúde. Porém, se a criança é sistematicamente ignorada em suas demandas, o estresse se prolonga e hormônios, descarregados pela sensação de risco vital, podem prejudicar a formação da arquitetura do cérebro, o que pode comprometer a aprendizagem e o potencial de desenvolvimento.

Pesquisas recentes apontam que em nenhuma outra fase da vida as respostas aos estímulos de qualquer natureza são tão rápidas e intensas quanto na primeiríssima infância. O que acontece nesta fase tem impacto sobre toda a existência do indivíduo, o que justifica e torna necessário o investimento de recursos humanos e financeiros para garantir a atenção a esta faixa etária por parte de governos e da sociedade.

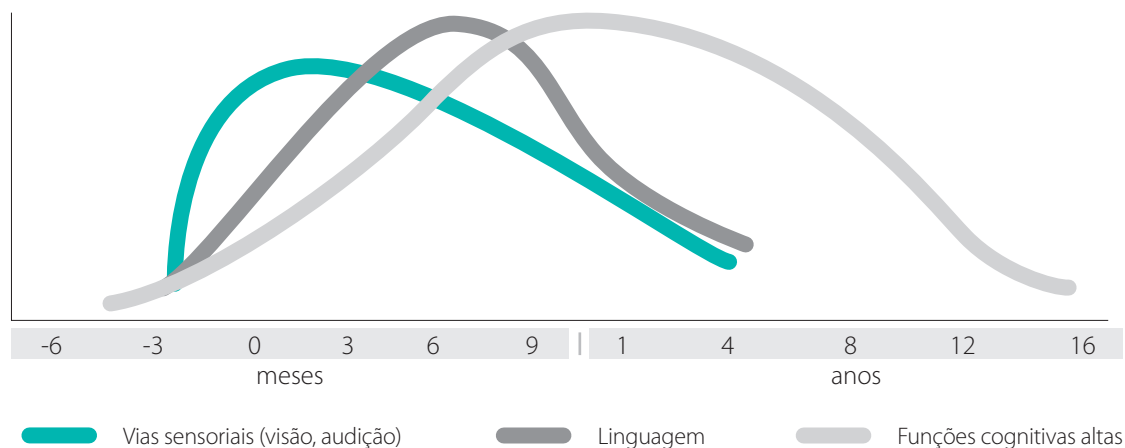
James Heckman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2000, indica que a melhor forma de criar comunidades mais justas, pacíficas e prósperas é fortalecer e qualificar políticas públicas intersetoriais de atendimento às necessidades das crianças pequenas e de suas famílias, voltadas ao desenvolvimento integral, com foco especial no período que vai da gestação aos três primeiros anos de vida. Conforme demonstra (ver gráfico à página 21), o investimento em programas de pré-natal e na primeiríssima infância tem retorno financeiro muito maior que o investimento no treinamento para o trabalho.

Os estudos de Heckman apontaram algumas evidências que justificam a criação de programas e políticas que beneficiam a primeiríssima infância, mas muito mais tem sido dito no campo da medicina. O desenvolvimento da capacidade de ouvir é um dos exemplos. Aproximadamente no sexto mês de gestação, o cérebro humano já se desenvolveu ao ponto de conseguir de alguma forma identificar os sons vindos do exterior. Começar a conversar e tocar músicas para o bebê desde cedo tende a ajudá-lo mais tarde, no processo de aquisição da linguagem. O cérebro do bebê cresce rapidamente após o nascimento e duplicará de tamanho até o final do primeiro ano de vida. Ao nascer, o bebê é um aprendiz voraz. Veja no gráfico abaixo os picos de desenvolvimento neuronal:



Conheça melhor as ideias de **James Heckman** acessando <http://www.heckmanequation.org/>

Picos de desenvolvimento neuronal



FONTE: C.A. NELSON, FROM NEURONS TO NEIGHBORHOODS, 2000.



Assista a três vídeos no canal da FMCSV no YouTube (www.youtube.com/FMCSV) e confira como o ambiente externo pode interferir no desenvolvimento da criança pequena:

Conheça o supercérebro, O jogo da ação e reação modela os circuitos do cérebro e O estresse tóxico prejudica o desenvolvimento saudável.

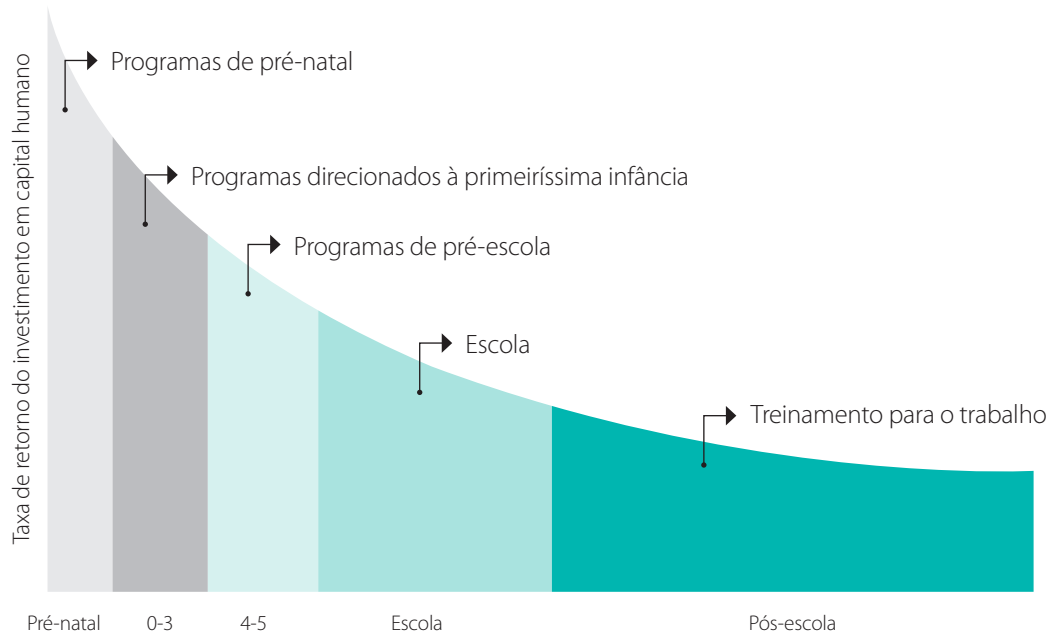
Tais evidências, todavia, ainda são pouco conhecidas. Muitas famílias e também profissionais voltados ao público infantil ignoram a importância dos aspectos socioemocionais no desenvolvimento da criança pequena, monitorando apenas o bem-estar físico e questões biológicas como alimentação, peso, altura e vacinação. São fatores indubitavelmente importantes, mas que não garantem, por si só, o desenvolvimento saudável da criança pequena. É preciso dedicar igual atenção ao bem-estar emocional, à estimulação adequada e às interações com a criança.

Por este motivo, é preciso garantir que toda a rede que envolve a criança pequena esteja preparada para atendê-la em suas necessidades, acolhê-la compreendendo o seu processo de desenvolvimento e protegê-la de todas as formas de violência e negligência. Ao se colocar a criança pequena como prioridade no município é que se chega às mudanças necessárias para a promoção do tão buscado desenvolvimento integral.

Como seu município pode cuidar da criança pequena

O Brasil tem se dedicado a potencializar políticas de transferência de renda, suplementação alimentar, imunização e cuidado da

Retorno por ano a cada US\$ 1 investido



FONTE: THE HECKMAN EQUATION PROJECT, 2013.

Efeitos nefastos do desamor

O psicanalista René Spitz (in *Hospitalism: an inquiry into the genesis of psychiatric conditions in early childhood*, 1945), ao trabalhar em um orfanato, observou que bebês que eram alimentados e vestidos, mas não recebiam afeto e não eram colocados no colo, tinham dificuldades no seu desenvolvimento físico. Faltava-lhes apetite, não ganhavam peso e, com o passar do tempo, perdiam o interesse por se relacionar. Foi o que Spitz denominou de Síndrome de Hospitalismo.

Em consonância a esses estudos, o pesquisador Charles Nelson (in *Anguish of the Abandoned Child*, *Scientific American*, 2013) utilizou os aportes da neurociência para medir o crescimento do cérebro em bebês que também viviam em orfanatos sob condições de extrema negligência, sem estimulação adequada e interação afetiva com o cuidador. Os estudos demonstraram grandes prejuízos ao desenvolvimento infantil, sobretudo no crescimento e na linguagem. Os bebês estudados tinham seus cérebros atrofiados e apresentavam problemas psiquiátricos como ansiedade e transtorno de déficit de atenção.

dimensão física e biológica da população na primeira infância. Tudo isso é muito importante, mas, como já dito, não basta. É preciso dar a mesma atenção aos aspectos psicossociais e cognitivos, para que a criança pequena tenha um desenvolvimento pleno e saudável.

Como fazer isso? Antes de tudo, é preciso que exista vontade política e compromisso dos gestores do município em traçar, estruturar, implementar e sustentar programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil integral.

Você já sabe que a eficácia e efetividade dos programas sociais é tanto maior quanto maior é a participação dos diversos atores e instituições locais – dos profissionais da educação, da saúde e do desenvolvimento social, dos Conselhos de Direitos, dos Conselhos Tutelares, das ONGs e também das famílias.

Uma mesma criança é atendida pelos diversos serviços do município – e, com certeza, mais de uma vez, sobretudo entre a gestação e os três primeiros anos de vida. Por isso, o município tem de pensar em estratégias claras para melhorar as condições de saúde física e emocional da gestante e do bebê, o que envolve acompanhamento do pré-natal, assistência ao recém-nascido e à mãe, vacinas, registro de nascimento, promoção do aleitamento materno, entre outras iniciativas.

É essencial também a criação de espaços lúdicos e educativos, acolhedores e seguros, com equipe capacitada e a promoção de atividades que envolvam os pais no brincar e no aprendizado dos filhos.

A criação de espaços de escuta das famílias grávidas ou com crianças pequenas, por meio de grupos ou outras estratégias, pode cumprir um papel muito importante no fortalecimento das famílias para o cuidado para com seus filhos.

Todas as famílias precisam de orientações sobre como agir para que seus filhos recebam a atenção e os estímulos necessários ao seu desenvolvimento, especialmente as mais vulneráveis. Mas, para isso, o município tem de mapear e fortalecer sua rede de apoio, bem como divulgá-la amplamente. Não adiantará oferecer bons serviços à população se esta desconhecer ou tiver dificuldade de acesso às

oportunidades disponibilizadas à criança pequena.

A criação e utilização de fluxos e protocolos de atendimento alinhados com a visão da promoção do desenvolvimento integral da criança é uma poderosa ferramenta de apoio e qualificação do trabalho dos profissionais.

É importante também informar a população da cidade sobre a relevância dos primeiros anos de vida e sobre os programas voltados à primeiríssima infância.

Estes e os demais aspectos aqui comentados estão no escopo de ações do Programa Primeiríssima Infância, que propõe um modelo de **mudança** no município para que todo o sistema – dos gestores e profissionais às famílias e à sociedade como um todo – se reconfigure e assuma uma nova postura em relação à primeiríssima infância. É sobre isso que falaremos a seguir.



Para entender que **mudança** é esta, assista ao vídeo produzido pelo Center on the Developing Child, da Universidade de Harvard, e traduzido para o português pela FMCSV. Vá até o canal da FMCSV no YouTube (www.youtube.com/FMCSV) e clique no vídeo “Construir as competências dos adultos para melhorar o desenvolvimento das crianças – Uma Teoria de Mudança”.

O que é importante para o desenvolvimento da criança de zero a três anos?

Os resultados da pesquisa Percepções e Práticas da Sociedade em Relação à Primeira Infância, realizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) em parceria com o Ibope e o Instituto Paulo Montenegro em 2012, demonstram que, quando o foco é a criança de zero a três anos, a maioria dos entrevistados (51%) considera as dimensões físicas do desenvolvimento mais importantes que as dimensões cognitivas e psicossociais.

“Levar ao pediatra e vacinar”, “amamentar” e “alimentar” foram apontadas como ações de maior relevância do que “brincar e passear”, “conversar”, “estabelecer limites e rotinas”. Um maior equilíbrio de visão sobre a relevância destas variáveis certamente criaria oportunidades melhores para o desenvolvimento integral da criança pequena no Brasil. Além disso, a pesquisa aponta que a maioria da população considera que a criança só começa a aprender após os seis meses de vida, o que mostra que ainda é preciso muito trabalho de sensibilização pela importância dos primeiros estágios da vida.

Acesse o link e conheça todos os resultados da pesquisa Percepções e Práticas da Sociedade em Relação à Primeira Infância: <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/Primeir%C3%ADssima-Inf%C3%A2ncia---uma-pesquisa-da-FMCSV-e-Ibope.aspx>

Como iniciar o desenho de um **PROGRAMA DE ATENÇÃO** à primeiríssima infância

Agora chegou a sua vez de começar uma nova etapa da história da primeiríssima infância no seu município. A adoção e avaliação do Programa Primeiríssima Infância pelos municípios parceiros permitiu que sua metodologia fosse sistematizada e aprimorada, de modo que outros municípios que também desejam colocar a primeira infância como prioridade possam aproveitar a experiência acumulada.

Alguns pressupostos com que a equipe técnica da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) trabalhou se confirmaram na prática e merecem ser **destacados**:

É preciso que os gestores públicos e os profissionais da educação, saúde e desenvolvimento social compreendam a importância dos primeiros anos na vida e **PRIORIZEM AÇÕES PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA** em seu município.

Mudanças sociais demoram a se concretizar. O planejamento do programa deve contemplar ações de curto, médio e longo prazos e **SEMPRE PROCURAR ENVOLVER A COMUNIDADE.**

É importante ter em mente que cada uma das cidades que implementou o Programa Primeiríssima Infância customizou sua experiência de alguma maneira, levando em conta as particularidades locais. Isso é essencial para o sucesso da iniciativa. Todavia, todos partiram de princípios comuns, passando pelas mesmas etapas e trabalhando pelos mesmos objetivos em prol do desenvolvimento infantil integral e integrado – ou seja, atentando para aspectos físicos, cognitivos e psicossociais da criança, em uma perspectiva de atendimento que integra os serviços de educação, saúde e desenvolvimento social e outros atores sociais relevantes.

Os eixos estratégicos

Para melhorar as condições de vida das crianças pequenas e oferecer a elas as melhores oportunidades de desenvolvimento, a metodologia do Programa Primeiríssima Infância propõe a estruturação de um modelo de trabalho com base em quatro eixos estratégicos. São eles: apoio à governança, desenvolvimento de capacidades, mobilização comunitária e monitoramento e avaliação.

O TRABALHO INTERSETORIAL E MULTIDISCIPLINAR é condição básica para atender à criança de forma integral.

O INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO CONTINUADA de profissionais é fundamental para garantir a qualidade do atendimento.

É preciso que a comunidade local compreenda a importância dos primeiros anos na vida de uma pessoa para que as ações do programa tenham **O APOIO DE TODA A POPULAÇÃO.**

EIXOS ESTRATÉGICOS

1

APOIO À GOVERNANÇA

Estimular a criação e o fortalecimento de uma estrutura de governança local que favoreça o trabalho em rede, com articulação e sinergia de ações setoriais e intersetoriais para a construção de políticas públicas integradas, que priorizem a promoção do desenvolvimento infantil e garantam a institucionalização de uma prática social sustentável e de qualidade.

2

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

Capacitar os profissionais e qualificar o atendimento das gestantes e crianças de zero a três anos nos serviços de educação infantil, saúde e desenvolvimento social.

3

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Sensibilizar, conscientizar e mobilizar as comunidades locais para a importância da atenção à primeiríssima infância para o desenvolvimento social, político, cultural e econômico do município.

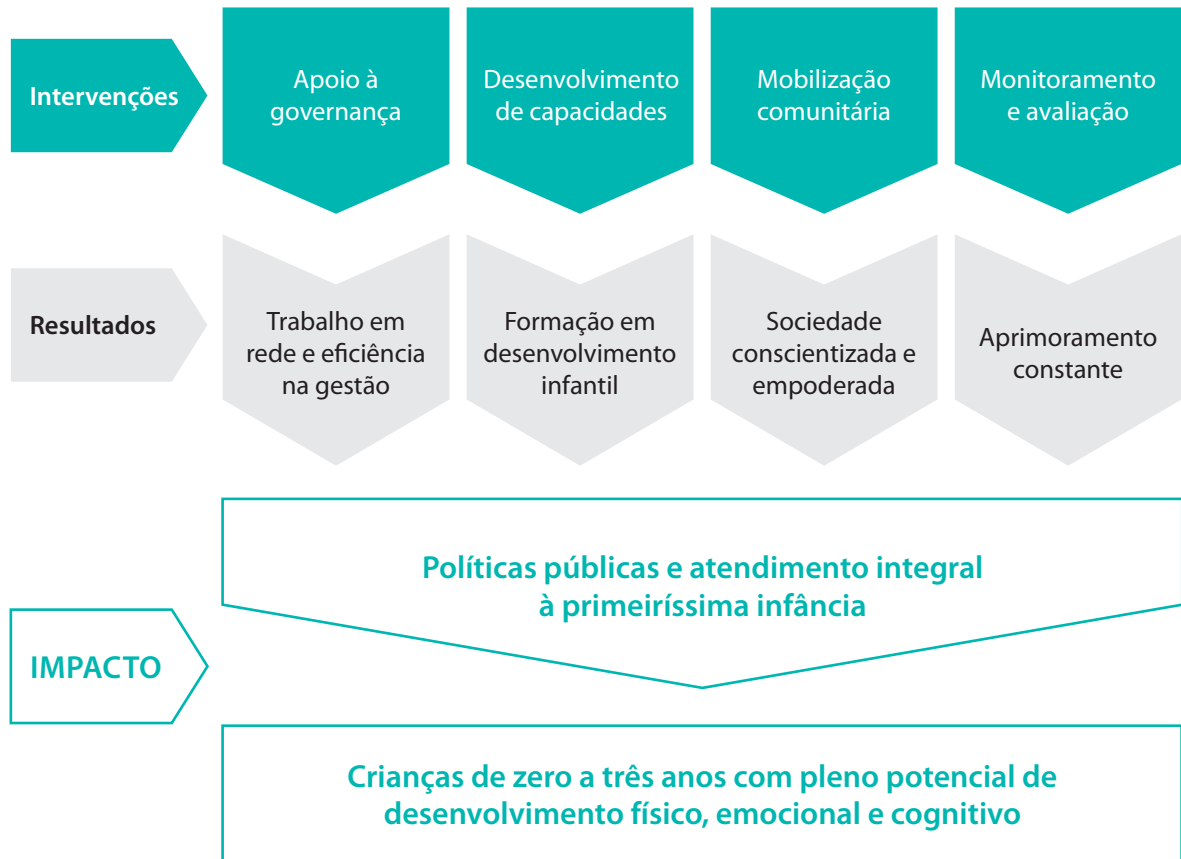
4

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Monitorar e avaliar as ações para corrigir falhas e adequar estratégias no decorrer do percurso, bem como para comparar o trabalho de atenção à criança pequena antes e depois da implantação do programa.

Para explicar os quatro eixos estratégicos e como eles convergem para a promoção do desenvolvimento infantil, o Programa Primeiríssima Infância criou uma “Teoria da Mudança”, que aparece representada no infográfico a seguir. Acompanhe como as intervenções são pensadas para definir ações integradas no âmbito local:

Teoria da Mudança para a primeiríssima infância



Os passos para a

IMPLEMENTAÇÃO

de um programa voltado à primeiríssima infância em seu município

A implementação de um programa no seu município deve contemplar uma série de passos, explicitados nas próximas páginas. Lembre-se: o município pode e deve adaptá-los à realidade da sua rede de atendimento, a partir das especificidades e particularidades locais, sempre primando pela qualidade dos serviços ofertados à criança pequena e às suas famílias.

PASSO 1 – FORMAR UM COMITÊ GESTOR MUNICIPAL

O Comitê Gestor Municipal é a principal instância de definição das estratégias e ações do seu programa de atenção à primeiríssima infância. Ele é escolhido pelos gestores da cidade – particularmente prefeito e secretários de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. O ideal é que, na composição deste comitê, estejam presentes tanto técnicos quanto gestores de cada uma destas áreas de atendimento à primeira infância, sendo desejável a participação dos secretários. Vale ressaltar que outras pastas governamentais, como as de Comunicação, Planejamento, Esportes, Meio Ambiente e Cultura, podem igualmente compor o comitê.

Também é recomendável que as ONGs, as universidades locais, os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos e demais movimentos

ligados à causa da criança pequena estejam representados no grupo, agregando conhecimento e competências ao comitê. É importante que o município analise sua realidade e identifique os potenciais parceiros.

O ideal é que o grupo se reúna pelo menos uma vez ao mês e que se constitua como um espaço de diálogo e de inteligência de ações pela primeiríssima infância. A assiduidade dos encontros e a abertura para a construção coletiva são fundamentais para que o **Comitê Gestor Municipal** se fortaleça e permaneça engajado.

Cabe ao comitê nomear um Articulador Local, responsável por operacionalizar o programa na cidade. As atribuições e o perfil necessários a quem vai assumir este papel serão comentados na próxima etapa.

É bom ressaltar que dois princípios básicos devem nortear as ações do Comitê Gestor Municipal: a corresponsabilidade, compartilhada entre todos os atores envolvidos na proposta de construção do programa, e a sustentabilidade, por meio do planejamento, monitoramento e estímulo à incorporação das ações do programa como política municipal.

O programa de primeiríssima infância não pertence a uma área específica, não é somente da Educação ou da Saúde, por exemplo. O programa deve ser intersetorial, dado que requer conhecimentos multidisciplinares para se efetivar, assim como compromisso de todos os envolvidos para melhorar as condições de vida e garantir as melhores oportunidades para a criança pequena.

No que se refere à sustentabilidade, o Comitê Gestor Municipal deve ter sempre presente a ideia de que o programa é, antes de mais nada, do município e da criança, e não de uma determinada gestão ou partido. Por isso, deve desenvolver ações que possibilitem sua continuidade mesmo no caso de trocas de gestão. Mais adiante, trataremos com mais profundidade o tema da sustentabilidade do programa.

Caminho das pedras: dicas para você e sua equipe

A experiência com a implementação dos Comitês Gestores Municipais do Programa Primeiríssima Infância evidenciou benefícios e aprendizados que podem inspirar seu município. Confira alguns deles:



O papel do **Comitê Gestor Municipal** é:

Definir as estratégias do programa no município.

Eleger e apoiar o Articulador Local.

Garantir a intersetorialidade e multidisciplinaridade do programa.

Viabilizar a sustentabilidade das ações e políticas públicas voltadas à criança pequena.

É essencial a sensibilização dos gestores.

Esta deve ser uma prioridade e atividade permanente de seu programa. Se o prefeito e os secretários municipais estiverem plenamente envolvidos com a proposta da gestão integrada nas ações pela primeiríssima infância, pode-se criar um ambiente favorável e definitivo para inovações e mudanças nos serviços. Por isso, na construção de estratégias e ações voltadas aos gestores, é importante prever momentos de sensibilização para a causa do programa. De tempos em tempos, o Comitê Gestor Municipal tem de se preocupar em reportar avanços e dificuldades para os gestores públicos e garantir a participação ativa de todos no programa.

Algumas pessoas podem ter o papel de campeões da causa.

O programa ganha muito quando prefeitos, primeiras damas, secretários ou outras lideranças locais assumem o papel de animadores ou catalisadores do programa. São pessoas que se engajam genuinamente com a causa da primeira infância e chamam para si a liderança do programa, recebendo-a não de maneira hierárquica, mas legítima. Tal figura ajuda a manter a motivação dos demais envolvidos e a chama da participação acesa. Vale tentar identificar essas lideranças.

A participação efetiva da sociedade civil é importante para o projeto.

Quando as organizações da sociedade civil da cidade são envolvidas nas ações do programa, com a participação nas atividades formativas e na estruturação da rede de atenção à criança pequena, a sustentabilidade da proposta se fortalece. A sociedade civil representa uma força social importante que poderá apoiar todo o trabalho em favor do desenvolvimento integral da primeira infância.

A contribuição da universidade é muito valiosa.

Incentivar que o meio acadêmico coloque a serviço da criança pequena os conhecimentos construídos dentro do campus – em projetos de extensão, estágios e pesquisas – favorece a criação de ações práticas e eficazes para melhorar a rede de atendimento, viabilizando a formação permanente de profissionais, a avaliação da eficiência do programa e a construção de ações intersetoriais e integradas.

O trabalho intersetorial e em rede tem de ser constantemente estimulado.

Isto é de fundamental importância para conferir uma nova perspectiva às políticas públicas, capaz de melhorar as condições de vida e garantir oportunidades de desenvolvimento para a criança pequena.

A estrutura do Comitê Gestor Municipal viabiliza o trabalho intersetorial e a reunião dos três setores fundamentais (educação, saúde e desenvolvimento social), desde o início do processo, contribui para a efetividade do programa.

A sustentabilidade do programa é favorecida ao se institucionalizar o comitê.

Esta institucionalização pode ser favorecida de vários modos. Uma ação bastante simples, por exemplo, é a criação do Comitê Gestor Municipal por meio de **portaria** ou **decreto municipal**. Deste modo, tal instância potencializa-se como espaço permanente e efetivo de reflexão, discussão e planejamento da proteção e do desenvolvimento integral da criança pequena.



Veja na página 67 o **modelo de portaria/decreto municipal** que institucionaliza o Comitê Gestor Municipal.

PASSO 2 – ESCOLHER O ARTICULADOR LOCAL

O Articulador Local deve ser escolhido pelo Comitê Gestor Municipal e será uma liderança-chave para o sucesso do programa no seu município. Ele é o agente que operacionaliza as ações e faz a interface entre prefeito, secretários e técnicos da cidade. Ele organiza e participa das reuniões do comitê, apoia a realização da avaliação, acompanha as oficinas de formação e demais eventos – como a Semana do Bebê e a Oficina de Apoio Técnico, que serão tratadas em detalhes mais adiante – e auxilia na implementação das iniciativas, além de ter a função de monitorar e registrar os resultados das intervenções realizadas.

Com base na experiência acumulada pelo Programa Primeiríssima Infância, sabe-se que o Articulador Local tem de disponibilizar o mínimo de 20 horas semanais para concluir suas tarefas e, se necessário, contar com o apoio de um assistente. Assim, se ele não for um profissional dedicado, precisará ao menos de meio período do seu tempo disponível para desempenhar seu papel.

O papel do Articulador Local

- Favorecer a articulação entre prefeito, secretários e demais lideranças do município.
- Organizar reuniões mensais do Comitê Gestor Municipal.
- Garantir o planejamento das atividades do programa.
- Apoiar a implementação das ações do programa e supervisioná-las.
- Organizar e acompanhar as oficinas de formação e supervisão do programa.
- Coordenar a realização das reedições das oficinas e demais eventos de educação permanente.
- Monitorar as atividades do programa e registrar os resultados.
- Coordenar o Grupo de Trabalho da Avaliação.
- Apoiar a organização e divulgação dos eventos do programa (exemplo: Semana do Bebê).

Além dos predicados administrativos e organizacionais, é essencial que o Articulador Local possua capacidade resolutiva e de integração das diferentes visões sobre a realidade do município. É dele a função de trazer à tona elementos das diversas áreas relacionadas à primeira infância para que o Comitê Gestor Municipal possa discutir e avaliar as condições que facilitam ou dificultam a implementação e a sustentabilidade do programa. O quadro na página anterior sistematiza as principais funções do Articulador Local.

PASSO 3 – REALIZAR A LINHA DE BASE DA ATENÇÃO À PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA

Para que se possa ampliar, melhorar e integrar a rede de atendimento à primeiríssima infância, é essencial que o Comitê Gestor Municipal tenha em mãos informações e dados concretos e atualizados sobre a população envolvida (gestantes, famílias e crianças pequenas) e sobre as ações praticadas pelas áreas de educação, saúde e desenvolvimento social. Sem uma radiografia da cidade, é muito difícil adequar ou criar iniciativas que tragam benefícios de fato ao desenvolvimento infantil.

Por isso, é fundamental a realização de uma avaliação que defina o que chamamos de Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância no município. A fim de ajudar sua cidade nesta tarefa, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) disponibiliza o guia “Avaliação participativa da atenção à primeiríssima infância” como um dos componentes da Coleção Primeiríssima Infância.

O resultado desta avaliação inicial será comparado ao de uma nova avaliação, a ser realizada, com a mesma metodologia, cerca de dois anos depois. De posse desses dados, será possível detectar os avanços, resultados e impactos das ações realizadas, gerando um conjunto de informações que servirá tanto ao aprimoramento do programa quanto à sua sustentabilidade. Vale ressaltar que, entre uma avaliação e outra, caberá ao município monitorar continuamente o andamento do programa (sobre este assunto trataremos mais à frente).

A avaliação proposta pelo Programa Primeiríssima Infância foi

O guia **Avaliação participativa da atenção à primeiríssima infância** traz os subsídios necessários para realizar a avaliação inicial ou linha de base sobre a situação da criança de zero a três anos no município e pode ser lido na página www.colecaoprimeirissima.org.br

E-SUS Atenção Básica:
<http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus.php>

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi): <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/index.php?group=1>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): <http://portal.inep.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): <http://www.ibge.gov.br/home/>

desenvolvida pela FMCSV com a ajuda de uma consultoria externa especializada. Ela é realizada por meio de questionários e da análise e discussão de 44 indicadores. Além disso, trata-se de uma avaliação participativa, ou seja, a aplicação de questionários e a análise dos 44 indicadores são de responsabilidade do município, envolvendo representantes de todos os setores sociais. Isso proporciona empoderamento, visão sistêmica, autonomia e motivação da equipe que está à frente do programa na cidade, auxiliando-a a pensar em possíveis soluções para os problemas encontrados.

Para fazer este trabalho, é necessário que o município forme um grupo responsável pela avaliação – o Grupo de Trabalho da Avaliação – e, se possível, que busque ajuda externa para a facilitação do processo avaliativo. O guia **“Avaliação participativa da atenção à primeiríssima infância”** detalha todas as etapas do processo de avaliação, que compreende a coleta de dados pelo Grupo de Trabalho da Avaliação e a realização de um seminário de dois dias para análise das informações levantadas. Ao final deste processo, espera-se que todos os envolvidos no programa tenham um cenário bastante detalhado em relação à atenção à primeira infância no município.

A grande vantagem da utilização da metodologia da avaliação participativa é que ela possibilita a percepção da realidade do atendimento por um grande número de pessoas, que se apropriam dos resultados e passam, quase que de imediato, a pensar em soluções e alternativas integradas para a melhoria dos serviços.

As informações das **bases de dados federais**, como o e-SUS Atenção Básica e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também são importantes e podem auxiliar na complementação das informações coletadas para a construção da Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância. Por meio destas informações, é possível levantar dados gerais do município, como números de crianças de zero a três anos, mortalidade infantil, inclusão em creche, entre outros.

Da mesma forma, um estudo da adesão do município a

programas federais e estaduais que envolvam a primeiríssima infância tem de estar entre as prioridades do Comitê Gestor Municipal, não só porque eles representam conhecimento acumulado, mas também porque tal adesão significa recursos financeiros para o município.

PASSO 4 – PLANEJAR O PROGRAMA

Uma vez realizada a avaliação da Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância, o próximo passo é construir um planejamento em que serão definidas as ações que o município pode desenvolver para dar conta das demandas encontradas e ampliar e fortalecer a rede de atendimento à gestante e à criança pequena na cidade. Este processo dará origem ao Plano de Trabalho do programa que será implementado na sua cidade.

O ideal é envolver todas as secretarias desde o início do planejamento, de modo a garantir uma visão mais integrada da primeiríssima infância. No entanto, alguém ou algum setor terá que dar o pontapé inicial deste processo e encaminhar as ações junto às demais pastas do município. Pode ser o próprio prefeito ou o gestor/secretário de uma das secretarias.

É natural que, no início, um gestor esteja mais sensibilizado do que outro às questões da primeiríssima infância. De qualquer forma, é essencial que todos sejam sempre convidados a integrar o Comitê Gestor Municipal e participar das ações.

É muito importante utilizar os resultados encontrados na Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância quando do planejamento do programa, pois ela é uma fotografia do atendimento e cuidado à primeiríssima infância no município.

A linha de base revela quais são os pontos críticos e os pontos de atenção na atuação dos profissionais, na estrutura dos serviços, na preparação dos pais e na organização das políticas públicas. Aponta, também, as boas práticas que já estão em curso no município. Tanto os pontos críticos e de atenção quanto as boas práticas devem servir de referência para o planejamento geral do programa.

Na hora de criar o nome do programa para a primeiríssima infância no município, vale a pena observar não só as características próprias de sua cidade, mas também pensar em algo de fácil assimilação. Será mais simples conquistar a simpatia e o apoio dos gestores, dos profissionais e da comunidade se eles gostarem e se identificarem com o nome do programa.

Plano de Trabalho do programa

Na perspectiva da integração, a construção do Plano de Trabalho do programa precisa ser realizada de forma participativa.

O Comitê Gestor Municipal deve reunir os gestores e técnicos das áreas envolvidas para que possam discutir e definir claramente como querem mudar as práticas do atendimento à primeiríssima infância no curto, médio e longo prazos.

Todos podem apontar as ações que pretendem realizar, quais objetivos de cada uma, como irão implementá-las (descrição detalhada das atividades), que tipo de recursos humanos, materiais e financeiros precisam ser mobilizados, o prazo para a concretização de cada etapa e as metas e os resultados esperados.

Para orientar este planejamento, sugere-se a utilização de um instrumento específico, disponível no Anexo 2 (página 64), que contempla os tópicos citados aqui.

Mas atenção: um plano de trabalho é um instrumento vivo e o plano elaborado na sua cidade não pode ficar na gaveta. Novas ações devem ser incorporadas e outras modificadas durante todo o processo de implementação do programa.

O Plano de Trabalho é um documento importante que expressa o compromisso do município em priorizar ações à primeiríssima infância e sua implementação precisa ser monitorada sistematicamente e avaliada após determinadas etapas. A correção de falhas tem de acontecer em tempo real para que prejuízos e frustrações sejam evitados ou minimizados, reduzindo o impacto negativo sobre os envolvidos, especialmente a criança pequena, razão maior do programa.

Orçamento do programa

É necessário que o município elabore um orçamento para cobrir as despesas do programa, como o custeio das oficinas de formação, das ações de comunicação, dos eventos, de materiais e equipamentos, despesas administrativas e outras que julgar importantes à implementação do programa.

No detalhamento das atividades, as necessidades orçamentárias vão aparecendo. Neste sentido, validar o Plano de Trabalho com o maior número possível de pessoas é fundamental para sua viabilidade.

Outra dica importante é garantir os recursos orçamentários no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do município. Isso permite a execução das ações propostas e demonstra como o poder público valoriza os direitos da criança pequena na sua gestão, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

PASSO 5 – LANÇAR O PROGRAMA

O sucesso do programa do seu município não depende apenas do planejamento articulado e de ações bem definidas para dar certo. De nada valerá tudo isso se os profissionais que atuam diretamente com a criança pequena, assim como líderes locais e a população, não forem sensibilizados para conhecer e participar das iniciativas e intervenções, mudando, também, sua forma de perceber esta etapa da vida num contexto social mais amplo e no desenvolvimento da cidade.

Assim, o investimento na comunicação do programa é essencial. É importante contar com um profissional que assuma a missão de desenvolver campanhas, divulgar o programa na imprensa local, produzir e distribuir folhetos, animar as redes sociais e apoiar a realização de eventos, entre outras estratégias.

Uma sugestão para marcar o lançamento da iniciativa é a realização de um evento solene, que apresente o programa para a sociedade local.

O que se pretende com o lançamento é criar um ambiente



Confira, no canal da FMCSV no YouTube (www.youtube.com/FMCSV), este vídeo que pode ser utilizado para envolver e acolher os profissionais:

Conceitos Fundamentais 1 – As experiências moldam a arquitetura do cérebro.

acolhedor para que todas as pessoas sintam-se abertas e dispostas a absorver uma nova maneira de enxergar e tratar a gestante, a criança pequena e as famílias que possuem filhos pequenos.

Uma apresentação que justifique a importância do programa pode ser importante para sensibilizar o público. A sugestão é que a exposição seja dialogada: que envolva os participantes em torno dos impactos sociais e econômicos resultantes de um cuidado mais estruturado e eficiente da primeiríssima infância e resgate as evidências teóricas e práticas da educação, da psicologia e da neurociência.

PASSO 6 – PROMOVER A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Nesta fase da implementação do programa, o foco é a formação de um time devidamente preparado para o trabalho com gestantes e crianças pequenas e suas famílias, sob a perspectiva de uma visão integral e integrada do atendimento e do cuidado. A ideia é que todos os profissionais que atuam com gestantes, famílias com crianças pequenas e, sobretudo, com crianças de até três anos incorporem novas atitudes, ampliem o diálogo e qualifiquem as práticas, tanto dos profissionais como dos familiares, no cuidado, atenção e promoção do bem-estar da criança em todas as suas dimensões.

A proposta é que os profissionais que participarem das formações sejam de diferentes secretarias. A troca de percepções e as diferentes perspectivas dos serviços permitirão uma visão mais integral e integrada do desenvolvimento da criança pequena, potencializando o trabalho intersetorial.

É importante ter em mente que a formação de profissionais é uma atividade contínua. O que se propõe aqui é uma formação inicial, composta por seis oficinas para a orientação de práticas e seguidas de três momentos de consultoria presencial chamados de supervisão. A partir daí, cada município deve organizar sua sistemática de formação continuada, considerando a característica de seus quadros de pessoal, rotatividade e outras dinâmicas locais, para garantir a qualidade do serviço e a motivação dos envolvidos.

Modelo recomendado de fluxo para a formação



Antes de tratar de cada oficina, vale a pena destacar algumas características que elas possuem em comum:

- O foco no desenvolvimento integral e integrado, desde a gravidez, durante o parto, nos cuidados de puerpério e com prosseguimento na puericultura e na educação infantil.
- O incentivo à criação de grupos de reflexão sobre os papéis materno e paterno no cuidado infantil, bem como a conscientização da importância da rede de apoio à família na viabilização desse cuidado.
- A superação da abordagem com base apenas na avaliação individual de crianças com problemas ou vulneráveis, para investir em uma abordagem de ações universais em todas as oportunidades de contato com as famílias das gestantes e com crianças menores de três anos. Ou seja, a intenção é sair de uma abordagem restrita ao diagnóstico e partir para uma prática de promoção e prevenção.
- O direcionamento das oficinas para um público com perfil para multiplicar/reeditar os conhecimentos apreendidos junto a seus pares. Os reeditores – que podem ser técnicos das secretarias municipais envolvidas – tornam-se responsáveis por disseminar os ensinamentos das oficinas em suas unidades de origem.
- A ênfase ao caráter multidisciplinar das oficinas e à participação de profissionais com formações distintas.
- O acompanhamento presencial, por um consultor que atua como um supervisor, das ações implementadas pelos profissionais do município a partir do que foi discutido nas oficinas de formação.

O processo de formação disparado pelas oficinas vai além da transmissão de conhecimentos, incluindo estratégias de apoio para que os profissionais da rede de atendimento se apropriem dos conteúdos trazidos, incorporando e sustentando as inovações em suas práticas cotidianas.

Para ministrar as etapas de formação, o município deve contratar formadores ou contar com profissionais especialistas nos temas sugeridos, capaz de trabalhá-los por meio de vivências, dinâmicas e debates, para estimular a reflexão sobre a realidade e o que precisa mudar.

Oficinas de formação

No modelo proposto, cada oficina de formação inicial tem duração de 16 horas e procura trabalhar temáticas do desenvolvimento da primeiríssima infância, sempre levando em conta a realidade local. Também tem como objetivo preparar profissionais para serem reeditores dos conteúdos discutidos na oficina junto a seus pares.

Os seis temas sugeridos para as oficinas são apontados a seguir. Cada um deles gerou um caderno que apoia o processo formativo e que pode ser baixado no site da FMCSV ou pela página www.colecaooprimeirissima.org.br. Acompanhe:

>> Oficina de formação em pré-natal, puerpério e amamentação: práticas ampliadas

Desenvolve a temática do pré-natal, do puerpério e da amamentação, com uma abordagem voltada aos aspectos emocionais do desenvolvimento infantil que envolvem a gestante, a criança e suas famílias.

>> Oficina de formação em trabalho com grupos: famílias grávidas e com crianças de até três anos

Trata do papel da equipe de profissionais na condução de grupos de famílias e de gestantes.

>> Oficina de formação em espaços lúdicos

Aborda como garantir à criança de zero a três anos o direito de brincar, o direito à cultura, ao lazer, à educação e à cidadania, de maneira integrada, com atividades adequadas nos centros de educação infantil, saúde, desenvolvimento social, nos espaços comunitários e em casa.

>> Oficina de formação em educação infantil: zero a três anos

Dá aos profissionais subsídios que possam favorecer a criação de vínculos junto à criança pequena, apropriando-se da relação entre cuidar e educar e da importância do brincar, com suas implicações pedagógicas e educacionais.

>> Oficina de formação em humanização do parto e nascimento

Uniformiza conceitos em desenvolvimento da primeira infância, com foco na atenção ao parto e no período neonatal. Sensibiliza

e capacita a equipe do município para a atenção humanizada aos recém-nascidos, aos pais e aos acompanhantes, garantindo orientações adequadas, suporte emocional e conforto físico.

>> Oficina de formação em puericultura: práticas ampliadas

Propicia uma mudança de visão sobre a puericultura, tradicionalmente compreendida como um conjunto de técnicas empregadas pelos profissionais de saúde para assegurar o desenvolvimento físico e mental da criança. A proposta é sair do paradigma meramente biomédico para situar a puericultura no processo do desenvolvimento integral e integrado da criança (físico, cognitivo e psicossocial e, ao mesmo tempo, intersetorial), especialmente nos três primeiros anos de vida.

Plano de Reedição e Planos de Ação

O trabalho de formação não fará sentido se, após seu término, os profissionais que participaram das oficinas não incorporarem os conteúdos discutidos ao seu dia a dia e se não os disseminarem aos seus pares, para ampliação dos benefícios e a eficiência das intervenções. Assim, para facilitar o trabalho de reedição, ao final de cada oficina deve ser desenvolvido pelos participantes um Plano de Reedição.

O Plano de Reedição tem como objetivos recriar, adaptar e repassar, no todo ou em partes, as mensagens das oficinas, para que outros profissionais atuantes nos equipamentos públicos possam ter acesso às informações e aos conhecimentos compartilhados. Para isso, os reeditores do grupo podem definir qual a melhor estratégia – implementar uma oficina de dois dias, realizar atividades formativas de curta duração ou em horários de planejamento e estudos já previstos, por exemplo.

Além da definição sobre como os conteúdos formativos das oficinas serão disseminados aos seus pares por meio do Plano de Reedição, é fundamental pensar em estratégias de intervenção para qualificar as práticas. Para isso são elaborados os Planos de Ação.

Por meio dos Planos de Ação, os participantes de cada oficina planejam e identificam o que querem mudar nas práticas e nos serviços, como farão isso, do que terão de dispor (recursos humanos, materiais e

financeiros) e em quanto tempo pretendem alcançar seus objetivos.

A elaboração dos Planos de Ação pode ser finalizada durante os momentos de supervisão, que é o tópico que trataremos a seguir. Os diversos Planos de Ação elaborados devem ser incorporados ao Plano de Trabalho do programa, conforme mencionado no Passo 4.

Supervisão

A supervisão é o momento em que o formador/supervisor aprofunda alguns conteúdos das oficinas, acompanha as ações de reedição e apoia a implementação das intervenções previstas no Plano de Ação. Estas atividades costumam acontecer em três encontros de oito horas cada um, com no mínimo um mês de intervalo entre eles.

É importante lembrar que a supervisão proposta no Programa Primeiríssima Infância, sugerida também para o programa de seu município, acontece sob a ótica do *coaching* (tutoria em serviço), em que são discutidas as dificuldades e as soluções para aplicar os conhecimentos nas práticas cotidianas.

Com este modelo, acaba-se estimulando e qualificando a implementação e o aprimoramento de projetos nas unidades dos serviços de atendimento. Para isso, o supervisor recebe as sugestões, discute com o grupo e propõe caminhos para melhoria ou ampliação do que foi apresentado.



Veja modelo de **Plano de Ação** no Anexo 2 (página 64).

Os aprendizados: dicas para o programa de seu município

Na história do Programa Primeiríssima Infância, percebeu-se a necessidade da estruturação de atividades formativas diferenciadas para médicos, por conta da carga horária e regime de trabalho desses profissionais. A saída encontrada por algumas cidades foi a criação de modelos de formação mais enxutos e *in loco*.

Também se percebeu que muitos profissionais de uma área desconheciam as práticas e os serviços de outras áreas de atendimento. As formações mudaram essa lógica e possibilitaram a ação intersetorial. Portanto, quanto mais diversidade, melhor!

PASSO 7 – APOIAR A GESTÃO E A GOVERNANÇA

Assim como os profissionais que atuam diretamente com a criança pequena devem estar treinados para desempenhar suas funções, os gestores e os membros do Comitê Gestor Municipal também precisam de apoio para o exercício de sua liderança. Por isso, é importante a realização, de preferência semestralmente, de Oficinas de Apoio Técnico, com duração de um ou dois dias.

Além dos membros do Comitê Gestor Municipal, também devem participar dessas oficinas secretários e técnicos que não integrem o comitê. O objetivo dos encontros é discutir temas relacionados à implementação e à gestão do programa, como planejamento de ações, comunicação, gestão financeira, trabalho em rede, sustentabilidade e monitoramento e avaliação.

Sugere-se que sejam feitas parcerias com o setor privado e as universidades para a realização dessas oficinas. O ideal é que seja designado um profissional para a condução desses encontros no papel de mediador e que o tema central a ser discutido seja definido previamente. Tais oficinas são ideais para estimular a mobilização e a criatividade dos gestores na liderança do programa para a primeiríssima infância no município.

A FMCSV elaborou **12 folhetos** para levar informação às gestantes, aos pais e aos familiares da criança pequena sobre desenvolvimento infantil (de zero a três anos) nos espaços de educação, saúde e desenvolvimento social. Este conjunto de folhetos é mais uma ferramenta que o seu município pode utilizar como aliado para informar e sensibilizar a população. Os temas tratados são pré-natal, gestação, parto, nascimento, vínculo, amamentação, desmame, cuidados e estímulos, sono do bebê, papel do pai, ritmo da criança e brincar. Faça o download gratuito do conjunto de folhetos na página www.colecaoPrimeirissima.org.br

PASSO 8 – MOBILIZAR A COMUNIDADE

Para cuidar melhor das crianças pequenas e exigir qualidade nos serviços públicos e privados de atendimento, é importante que a comunidade esteja envolvida com os objetivos do programa e, sobretudo, consciente do valor que os primeiros anos de vida têm para o desenvolvimento do indivíduo.

A comunicação é uma ferramenta para alcançar este objetivo. Por meio de estratégias simples, é possível fazer chegar aos diversos setores da sociedade o que é o programa, quais benefícios ele traz à comunidade, qual seu público-alvo e de que maneira pode-se acessar os serviços por ele disponibilizados.

É também por meio da comunicação que as pessoas são estimuladas e mobilizadas a contribuir de alguma forma para que o programa possa ser ampliado e fortalecido na cidade.

A elaboração de um plano de comunicação que contemple a criação de materiais específicos – como folhetos, faixas e outdoors, campanhas nas mídias impressa e eletrônica, ações nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, blogs e sites), além de seminários e eventos específicos – deve estar prevista nas discussões do Comitê Gestor Municipal, para que a divulgação e mobilização aconteçam amplamente.

Vale lembrar que o convite à participação da sociedade civil nas ações do programa também é uma forma poderosa de favorecer a mobilização da comunidade. Neste sentido, o trabalho em rede e a participação democrática devem ser sempre estimulados.

Com relação aos eventos, o Programa Primeiríssima Infância da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) tem estimulado a realização da **Semana do Bebê**, com atividades voltadas às gestantes, crianças pequenas e suas famílias. Nesse evento, toda a comunidade se envolve: as instituições de educação, saúde e desenvolvimento social, ONGs, iniciativa privada, prefeitura... É uma grande festa de conscientização e estímulo a práticas em favor do desenvolvimento infantil pleno.

A primeira Semana do Bebê do Brasil aconteceu na cidade de Canela (RS) no fim da década de 1990 e, devido ao seu sucesso, recebeu o reconhecimento do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef, na sigla em inglês). Desde então, mais de 200 municípios adotaram a iniciativa, cada um elaborando um plano de acordo com sua realidade. Segundo números do Unicef, até 2012, cerca de 160 mil crianças de zero a quatro anos foram beneficiadas por essa grande mobilização.

Existem outras iniciativas bem-sucedidas para envolver e mobilizar a população. Em todas, é essencial que os participantes saibam o porquê da atividade, qual a importância da primeiríssima infância e o papel de cada um no objetivo comum de contribuir para o desenvolvimento infantil integral.

Confira algumas iniciativas já realizadas nas cidades parceiras do Programa Primeiríssima Infância:



No site <http://www.semanadobebe.org.br/>, você confere tudo sobre a **Semana do Bebê**.

No link http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_17869.htm, você tem acesso ao passo a passo de como implementar a Semana do Bebê na sua cidade.

ENGATINHATAS

Em um determinado dia e hora, mães e filhos pequenos comparecem a um espaço, de preferência aberto, para que os bebês possam exercer o seu direito de engatinhar. Aventurar-se no chão desenvolve a capacidade motora e o aprendizado das noções de espaço e distância, além de alinhar a coluna e preparar a criança para ficar de pé e andar.

BEBETECA

Um espaço de leitura para crianças de zero a três anos de idade em que elas interagem com os pais e cuidadores. Pode ser implementada na biblioteca da cidade ou em algum ponto de fácil acesso e boa infraestrutura.

DIA DA FAMÍLIA

Dia de atividades de recreação, lazer e educação em saúde, com foco no desenvolvimento infantil. Acontece em um fim de semana, ao ar livre, em um espaço da comunidade, com a participação da equipe multiprofissional da rede pública (psicólogos, fonoaudiólogos, agentes comunitários da área da saúde, técnicos em saúde bucal, entre outros) e voluntários. O objetivo é estimular o vínculo familiar e o lazer.

BRINQUEDOTECA ITINERANTE

Brinquedos, livros e atividades para a criança pequena, disponibilizados à população em um ônibus ou outro meio de transporte que possa circular pela cidade. Cuidadores interagem com a criança e seus pais, para que ela possa receber estímulos próprios à sua faixa etária.

PASSO 9 – MONITORAR, AVALIAR E REPLANEJAR O PROGRAMA

A atividade de monitoramento tem de estar prevista no Plano de Trabalho do programa e ser aplicada desde o início da implantação. Ela viabiliza e potencializa a sistematização das ações, a correção de falhas, a qualificação do trabalho e o desenvolvimento de novas iniciativas. Tudo com o objetivo de assegurar bons resultados, como a formação de uma rede de atendimento integrada, eficiente e que responda às necessidades da gestante, da criança pequena e de sua família.

Para realizar o monitoramento, o Programa Primeiríssima Infância disponibiliza matrizes de relatórios de atividades e planilhas de acompanhamento que podem ajudar o seu município. O Anexo 3 (página 65) deste guia traz um modelo de Relatório Mensal, a ser preenchido pelo Articulador Local, para registrar informações sobre atividades realizadas e não realizadas, além de um quadro descritivo do mês, com questões para orientar o preenchimento e a análise daquele período.

As oficinas de formação também têm de ser avaliadas por seus participantes. Vale a pena ter um relatório de cada oficina produzido pelo formador. Este relatório ajuda os gestores públicos a entender as novas iniciativas dos técnicos, bem como eventuais dificuldades. Além disso, ajuda o formador a melhorar continuamente o seu trabalho. O Anexo 4 (página 66) é um exemplo de formulário que pode ser adaptado pelo seu município para esse fim.

A ideia do monitoramento não é “policia” os envolvidos, mas detectar pontos frágeis para ajustes, com o objetivo de não comprometer os resultados do programa e ter claros os aspectos de eficiência e eficácia relacionados ao cumprimento das ações e metas previstas. Pelo monitoramento, também é possível levantar informações sobre as inovações adotadas para fomentá-las, ampliá-las e aprimorá-las na rede de serviços.

Com os dados obtidos via monitoramento, o Articulador Local encaminha o relatório mensal de implementação do programa aos membros do Comitê Gestor Municipal antes de cada reunião do

grupo. Ele também poderá construir um documento para divulgar os resultados às partes interessadas do programa, criando maior transparência e mobilização, bem como relatando os avanços e as dificuldades que deverão ser superadas no curto e médio prazos.

Suporte, aprimoramento e inovação

Junto com o monitoramento, a avaliação compõe um dos eixos estratégicos do Programa Primeiríssima Infância porque se propõe a ser contínua, contemplando as informações iniciais, de processo, de resultados e de impacto. Os objetivos a que ela se coloca são os seguintes:

- Identificar quão bem o município está realizando a atenção às gestantes e crianças de zero a três anos por meio da **Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância**.
- Identificar a contribuição do programa para a melhoria da atenção às gestantes e crianças de zero a três anos.
- Fomentar a inovação e o aprimoramento do programa, por meio do suporte ao planejamento de ações em prol da primeiríssima infância.
- Fomentar a aprendizagem dos indivíduos e da comunidade.
- Comunicar resultados junto aos interessados pelo projeto, bem como à sociedade.

A avaliação serve para medir o que se tem, o quanto isso está contribuindo para o objetivo traçado e o quanto foi conquistado em determinado período de ação de um programa ou projeto. Há vários tipos de avaliação e de metodologias. A utilização de uma ou outra metodologia depende do que se pretende analisar.

Como dito anteriormente, a avaliação proposta para o Programa Primeiríssima Infância foi desenvolvida pela FMCSV com a ajuda de consultoria externa. Ela é realizada por meio de **questionários** e da análise e discussão de 44 indicadores para a consolidação de um estudo qualitativo. Trata-se de uma avaliação participativa, que propõe que a aplicação de questionários e a análise dos indicadores sejam conduzidas pelos próprios representantes do município, em todos os setores. Isso proporciona empoderamento,

A avaliação inicial do programa – ou **Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância** – é tratada no Passo 3 deste guia (página 33).

Todas as informações e ferramentas desenvolvidas para a metodologia de avaliação do Programa Primeiríssima Infância estão no guia **Avaliação participativa da atenção à primeiríssima infância**. Para conhecer o material, visite a página www.colecaoprimeirissima.org.br

visão sistêmica, autonomia e motivação da equipe que implementa o programa, para pensar em possíveis soluções para os problemas encontrados.

Os diversos envolvidos passam a ter contato direto com indicadores que proporcionam reflexão sobre a situação da criança pequena e que, ao mesmo tempo, remetem a mudanças nas práticas de atendimento do município. Viabiliza-se também um diálogo intersetorial entre os profissionais e os representantes da sociedade civil, para que se tenha acesso à percepção das famílias sobre o desenvolvimento infantil, os serviços de atenção e a realidade da primeira infância no município.

Desta forma, é possível prever mudanças e ajustes durante todo o processo de implementação do programa, permitindo o replanejamento e a garantia de que as intervenções sejam sustentáveis, mesmo com eventuais mudanças políticas na gestão municipal.

Por outro lado, as famílias, ao responderem aos questionários da avaliação, passam a refletir sobre situações que talvez nunca tivessem analisado antes.

A metodologia de avaliação disponibilizada pelo Programa Primeiríssima Infância contempla uma série de instrumentos que permitem a clara visualização dos resultados avaliativos, por meio de gráficos que quantificam o quão próximo o município está do ideal para cada um dos indicadores estabelecidos.

Na avaliação de resultados, que se recomenda ser feita cerca de dois anos após o início da implantação do programa, o ideal é que os mesmos instrumentos empregados para a avaliação inicial sejam utilizados. Isso proporcionará uma boa discussão em relação aos avanços decorrentes da implementação das ações no município a partir do que se colheu inicialmente na Linha de Base da Atenção à Primeiríssima Infância.

Além disso, é importante lembrar que o processo de avaliação participativa deve ser conduzido preferencialmente por um facilitador externo, que se aproprie da metodologia da FMCSV para garantir a qualidade e confiabilidade do que será realizado.

PASSO 10 – GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA

No planejamento realizado pelo Comitê Gestor Municipal é preciso prever estratégias e subsídios para que o programa para a primeiríssima infância do município seja implementado de forma permanente e sustentável.

Desde o início do trabalho, há que ter em mente que um ponto crucial à sustentabilidade é criar formas de institucionalizar o programa no município. Isso pode acontecer de diversas maneiras, tais como por meio da implantação de protocolos e fluxos de atendimento, edição de **decretos**, como o que constitui e nomeia os integrantes do Comitê Gestor Municipal, ou por uma lei que estabeleça e viabilize, do ponto de vista orçamentário, a realização de ações paradigmáticas do programa, como a Semana do Bebê.

Outro aspecto fundamental para garantir a permanência do programa é o trabalho em rede. Quanto mais pessoas e organizações estiverem engajadas e atuando integradamente na causa da primeiríssima infância no município, mais crianças e famílias serão positivamente impactadas.

A prioridade da infância e as necessidades de atenção particulares que vão da gestação à faixa etária dos três anos precisam ser compreendidas e assumidas de forma corresponsável por toda a sociedade. Assim, envolver universidades, ONGs, grupos comunitários, grupos religiosos, secretarias estaduais, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, empresas, Poder Legislativo e Poder Judiciário, entre outros, é tornar o programa uma ação ampla, democrática e sustentável.

Aliás, é muito importante considerar todos os recursos que manterão as intervenções e demais atividades do programa. Eles devem estar previstos no Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento de médio prazo, que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, e na Lei Orçamentária Anual (LOA), que fixa os recursos



Confira os modelos de portaria ou **decreto de instituição do Comitê Gestor Municipal** e de Lei de Criação da Semana do Bebê nos Anexos 5 e 6 deste guia.

públicos a serem aplicados, a cada ano, nas ações do governo. Como mencionado anteriormente, **programas federais e estaduais** que podem agregar valor às iniciativas municipais em favor da primeiríssima infância também devem estar na pauta. Existem programas e diretrizes que, além de referências técnicas, podem levar recursos financeiros para a implementação dos serviços. E, ao melhorarmos a qualidade dos serviços, a comunidade se torna uma aliada na continuidade dos mesmos.

Por fim, é preciso destacar alguns instrumentos que podem ajudar muito os gestores públicos a traçar diretrizes sólidas para que o programa prospere no município. Talvez você já saiba, mas a primeira infância ganhou um grande aliado em 2010, quando a **Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)** obteve do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) a aprovação do **Plano Nacional pela Primeira Infância**, resultado do trabalho coletivo das organizações integrantes da RNPI.

O documento passou a ser a diretriz para uma política pública da primeira infância, incorporada pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, bem como pelos planos setoriais voltados à primeira infância.

No entanto, de nada adiantaria um plano macro, no nível federal, sem a articulação com as esferas das administrações estaduais e municipais. Criar ações nacionais sem ressonância nos Estados e cidades brasileiros não faria qualquer sentido. Por isso mesmo é que a RNPI elaborou um guia para que cada cidade possa, também, estruturar seu **Plano Municipal pela Primeira Infância**.

Nele os gestores públicos encontram o passo a passo, as fontes de pesquisa, os documentos de apoio e as orientações objetivas de como elaborar o seu Plano Municipal pela Primeira Infância. E, se ele for aprovado pela Câmara Municipal, transformará o programa idealizado pelo seu município em política pública para a primeira infância.



O Anexo 1 (página 62) traz um conjunto de referências dos principais **programas federais** focados na criança pequena.



Para conhecer o **Plano Nacional pela Primeira Infância**, acesse o link www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/Paginas/Plano-Nacional-Pela-Primeira-Infancia.aspx

A **Rede Nacional Primeira Infância** é composta por mais de 140 organizações sem fins lucrativos de todas as regiões do país. Saiba como opera essa rede no link <http://primeirainfancia.org.br/>



Busque o **Guia para a Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância** na seção Acervo Digital do site www.fmcsv.org.br

AS MUITAS CONQUISTAS

pela primeiríssima infância

A história do Programa Primeiríssima Infância revela mudanças substanciais nas redes de atendimento das cidades que assumiram para si o compromisso de priorizar a criança pequena em suas ações.

Também se sabe que o formato do programa, as práticas e os conteúdos que ele dissemina, além de serem adaptáveis a cada realidade, viabilizam um trabalho em escala e o compromisso de todos os setores da sociedade em torno de uma grande causa não só para uma cidade, mas também para todo o Brasil.

Mudanças das mais radicais às mais simples fazem toda a diferença no que está sendo semeado na vida das famílias – e, especialmente, na de meninos e meninas em seus primeiros anos de vida.

Confira aqui algumas das conquistas dos municípios que adotaram o Programa Primeiríssima Infância como a sua proposta em favor do desenvolvimento infantil.

Maior interação com as famílias

- Em muitas creches, no início ou no fim do dia, os pais passaram a ser estimulados a entrar até a sala de aula para levar ou buscar seus filhos e encontrar o educador, que faz o acolhimento e esclarece eventuais dúvidas. Caso tenham interesse em permanecer por um tempo, os pais são bem-vindos, principalmente na fase de adaptação de seus filhos. Em muitos municípios os pais não passavam do portão da creche e mal conheciam a pessoa que ficava com seus filhos durante o dia. Esta prática tem aumentado a confiança entre pais e educadoras e as trocas de informações para o pleno desenvolvimento da criança.

- A Secretaria de Educação de um município parceiro passou a apoiar a ida das educadoras até as casas das crianças sob sua responsabilidade, para conhecer seus pais. Trata-se de uma iniciativa riquíssima de troca de informações e maior conhecimento sobre a criança e o ambiente em que ela vive.
- A reorganização das agendas de várias unidades básicas de saúde para concentrar o atendimento das gestantes em um só dia da semana tem permitido um melhor acolhimento a elas e a criação e adesão a grupos de trocas de experiências entre as futuras mães.
- Em um município, a área de desenvolvimento social disponibilizou um profissional para que percorresse as creches e detectasse as crianças de famílias vulneráveis, para contatá-las e envolvê-las nos benefícios da rede de atendimento.
- Em uma cidade, foram criados grupos de famílias com crianças de zero a três anos nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), que proporcionaram um espaço de diálogo entre as famílias, juntamente com os profissionais, sobre os cuidados com as crianças pequenas.
- O bom resultado junto a grupos de gestantes, a partir da aplicação do que foi aprendido nas oficinas de formação, tem motivado as mães recentes a solicitar a criação de grupos de pais de crianças pequenas para que possam seguir recebendo apoio na criação de seus filhos.

Maior atenção à preparação para o parto e aos primeiros dias de vida do bebê

- Em alguns municípios, gestantes e seus acompanhantes fazem visita à maternidade para conhecer os profissionais, a estrutura e os procedimentos do parto e pós-parto, as instalações e as regras e tiram todas as suas dúvidas. Isso garante segurança à gestante e à sua família na hora do parto.

- Algumas maternidades adotaram o procedimento do contato pele a pele do bebê com a mãe logo após o parto. O recém-nascido é amamentado na primeira hora de vida, promovendo o fortalecimento do vínculo entre mãe e bebê.
- O apoio ao aleitamento nos primeiros dias após o parto foi intensificado. Em muitas maternidades as mães são visitadas pela equipe e saem da maternidade com o exame do pezinho agendado. Nesta oportunidade são reforçadas as orientações sobre a amamentação. Esta ação é importante para garantir uma maior adesão à amamentação exclusiva.

Crianças com mais oportunidades de exercerem autonomia

- Em muitas creches as refeições passaram a ser servidas no sistema *self-service*, que estimula a autonomia e a motricidade da criança pela possibilidade da escolha e pelo manuseio da bandeja, pratos e talheres. A mudança levou as crianças a diversificarem os alimentos consumidos, influenciadas pelas preferências dos colegas. Além disso, o tempo de espera para a alimentação diminuiu consideravelmente.
- A troca de berços por tatames em muitas creches permitiu melhor aproveitamento dos espaços e promoveu a autonomia das crianças pequenas, que passaram a não depender dos adultos para realizar os movimentos (engatinhar, caminhar, interagir com as outras crianças) assim que acordavam.

Mais oportunidades ao exercício da paternidade responsável

- O incentivo à participação dos pais ou acompanhantes no pré-natal e nos grupos de famílias grávidas tem mobilizado as equipes a rever os horários das consultas e dos encontros para famílias, de forma a situar estas atividades em períodos mais adequados. Além disso, os municípios iniciaram diálogos com empresas para liberar

os pais/profissionais para essas agendas. Mesmo sem mudar o horário do atendimento, em alguns locais a participação aumentou de 10% para 40%.

Trabalho intersetorial, parcerias e mobilização em favor da primeiríssima infância

- Uma universidade implantou um projeto de monitoramento do desenvolvimento das crianças feito pelos alunos do curso de enfermagem. Mensalmente são realizados acompanhamentos de puericultura das crianças das creches com o envolvimento desses estudantes e educadores. Outra universidade criou uma turma de 30 alunos de diversas áreas (pedagogia, enfermagem, psicologia, serviço social e jornalismo) para participar de todas as reedições das oficinas de formação do projeto. Os professores e alunos universitários desempenham um papel importante na reedição para os profissionais dos serviços e na disseminação das ideias dos conteúdos junto a estudantes de diferentes cursos. Os alunos estão participando de projetos com enfoque no desenvolvimento da primeiríssima infância em unidades básicas de saúde e creches municipais, como parte do estágio obrigatório para sua formação. A temática da promoção do desenvolvimento infantil também está servindo de base à elaboração de monografias de conclusão de curso.
- Em outro município, os alunos do curso de comunicação, sob a orientação de um professor, se encarregaram de elaborar e implementar um plano de comunicação do programa, melhorando a divulgação e ampliando a sensibilização para a causa da primeiríssima infância perante um maior número de pessoas.
- A indústria e o comércio têm aderido ao programa, especialmente na Semana do Bebê, com doações de produtos e recursos, concursos de vitrines, etc.

Ampliação da colaboração entre profissionais de saúde no atendimento à primeiríssima infância, com adoção de novas abordagens

- Foi percebida uma significativa ampliação da integração entre os médicos e os profissionais que atuam na pré-consulta (enfermeiras, psicólogos, fisioterapeutas e outros), melhorando o fluxo de informações e proporcionando um atendimento mais completo às gestantes e mães.
- Houve a implantação de abordagens que priorizam a participação de uma equipe multiprofissional ao se trabalhar com grupos de famílias.
- Profissionais, como pediatras, enfermeiros e agentes da área da saúde, relataram estar mais atentos às questões relacionadas ao estabelecimento do vínculo mãe-filho. As consultas e visitas destes profissionais passaram a incorporar indagações sobre aspectos emocionais e da rede de apoio às gestantes e mães, como forma de ampliar a atenção às questões vinculares entre os pais durante a gestação e após o parto.
- Em muitas localidades, foi visível a melhora do acolhimento na recepção e pré-consulta nas unidades básicas de saúde. A diversidade no perfil dos participantes nas oficinas de formação do programa possibilitou a sensibilização e a mudança de atitude dos profissionais de todos os níveis de serviços em alguns municípios. Representantes dos serviços mais básicos (faxineiros e recepcionistas) demonstraram maior compreensão sobre o estado gestacional e sobre o tipo de atenção que as grávidas e crianças pequenas necessitam. Estas mudanças também se apresentaram no grupo de profissionais que fazem o atendimento direto (agentes da saúde, enfermeiras e médicos).

Criação de espaços lúdicos

- Para acolher melhor a criança, foram criados espaços lúdicos nas salas de espera das unidades básicas de saúde, nas unidades com o Programa Saúde da Família e nos Cras.
- Em uma cidade, o coreto que estava subutilizado em uma praça foi transformado em um espaço lúdico para crianças de zero a três anos.

AGORA É A SUA VEZ

Não existem obstáculos para criar um programa ou uma política pública voltada à primeira infância no seu município.

Os recursos estão aí, a estrutura mínima e o capital humano também. Ferramentas, orientações e apoio técnico são os demais suportes que este guia e os materiais construídos pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) e por outras instituições focadas no desenvolvimento infantil oferecem à sua cidade para iniciar um processo de mudança profunda, contínua e sustentável.

O que motiva a FMCSV a compartilhar tudo isso é a certeza de que uma primeira infância cuidada de forma integral e integrada pode alavancar não só o desenvolvimento pleno das crianças em seu município, como também se tornar a base sadia do desenvolvimento do país.

Outra certeza que temos é de que todos ganham com as mudanças trazidas por um programa como este. Em primeiro lugar, a razão de tudo isso: a criança pequena, que passa a ter garantido o seu direito de crescer e se tornar uma pessoa madura e mais feliz em todos os níveis de sua existência. Em segundo lugar, os profissionais e gestores que, ao abraçarem a causa, reconstroem valores, mudam práticas e fortalecem condutas que abarcam o bem-estar de toda a sociedade. Em terceiro lugar, a sociedade em geral, que passa a oferecer melhores oportunidades de desenvolvimento para todas as crianças, fomentando a justiça social e vislumbrando um futuro mais promissor e harmônico.

É por isso que enfatizamos: sua cidade não está sozinha nesta tarefa. Existem várias possibilidades de apoio esperando que o seu município as acione, incluindo programas federais,

estaduais, organizações sociais, redes de atuação conjunta criadas na sociedade civil – como a Rede Nacional Primeira Infância – e investidores sociais privados.

A FMCSV acredita e pratica a corresponsabilidade social, por isso permanece ao seu lado e poderá ajudar seu município a definir estratégias, traçar metas e elaborar avaliações para que o programa para a primeiríssima infância se torne a “menina dos olhos” dos gestores da sua cidade e uma grande contribuição à sociedade.

Entre em contato conosco, tire suas dúvidas e dê início a uma ampla transformação social. Você pode, só precisa dar o primeiro passo.

Bom trabalho!

**Equipe técnica da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
(FMCSV)**

Site: www.fmcsv.org.br

E-mail: fmcsv@fmcsv.org.br

Telefone: (11) 3330-2888

ANEXOS

ANEXO 1

PROGRAMAS FEDERAIS PARA A PRIMEIRA E A PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA

Informe-se sobre quais programas podem ser acessados para beneficiar a primeira e a primeiríssima infância neste levantamento de 2014:

BRASIL CARINHOSO

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): criação de ações intersetoriais de três ministérios para ampliar a cobertura das necessidades das crianças pequenas, especialmente em situação de vulnerabilidade. Cabe ao Ministério da Educação (MEC) favorecer o aumento da cobertura de creches e pré-escolas e a suplementação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), por meio de apoio financeiro ao atendimento a crianças em situação de extrema pobreza, beneficiárias do programa Bolsa Família, nas creches públicas e conveniadas. É função do MDS estender o Bolsa Família a todas as famílias que têm crianças pequenas por meio da concessão do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP) na Primeira Infância. Ao Ministério da Saúde cabem as seguintes ações: ampliar a distribuição de medicamentos gratuitos para asma, estender o Programa Saúde nas Escolas nas creches e pré-escolas e garantir a Bolsa Nutricional, para prevenção de anemia por deficiência de ferro e falta de vitamina A, iniciativa que compõe a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan).

Links: Brasil Carinhoso – <http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/brasil-carinhoso>

Programa Bolsa Família – <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

Programa Saúde nas Escolas – http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID_AREA=1828

Política Nacional de Alimentação e Nutrição – <http://nutricao.saude.gov.br>

REDE CEGONHA

Ministério da Saúde: tem o objetivo de organizar uma rede de atenção à saúde materna e infantil que preste cuidados humanizados e de qualidade.

Link: Rede Cegonha – http://portal.saude.gov.br/PORTAL/SAUDE/GESTOR/AREA.CFM?ID_AREA=1816#

ESTRATÉGIA AMAMENTA E ALIMENTA BRASIL

Ministério da Saúde: pretende qualificar o processo de trabalho dos profissionais da atenção básica, para reforçar e incentivar a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos, no Sistema Único de Saúde (SUS).

Link: Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil – <http://dab.saude.gov.br/portaldab/amamenta.php>

PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (PNI)

Ministério da Saúde: entre outras tarefas, organiza as campanhas de vacinação nacionais e orienta campanhas locais.

Link: PNI – http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1448

PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFÂNCIA)

Ministério da Educação: favorece a ampliação da oferta de educação infantil por meio da construção e reforma de creches e pré-escolas.

Link: Proinfância – <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Ministério da Educação: cessão de recursos para aquisição de materiais, desenvolvimento de atividades educacionais e projetos pedagógicos, avaliação da aprendizagem e melhoria da estrutura física, entre outros benefícios.

Link: PDDE – http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12320&Itemid=24

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Ministério da Educação: focado na transferência de recursos à alimentação escolar dos alunos da educação básica.

Link: Pnae - <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>

PROGRAMA PROINFANTIL

Ministério da Educação: um curso em nível médio e a distância, para profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil em redes municipais e estaduais e na rede privada sem fins lucrativos (conveniadas ou não).

Link: Programa ProInfantil – http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12321:pro-infantil-apresentacao&catid=288:proinfantil&Itemid=548

PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS

Ministério da Educação: tem como objetivo integrar e articular permanentemente a educação e a saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira, a partir do enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Link: Programa Saúde nas Escolas – http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578%3A-programa-saude-nas-escolas&Itemid=817

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: entre os objetivos do Paif, destacam-se o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a famílias que possuem, entre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Link: Paif – <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif>

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (GRUPO DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e a comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir a ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil. Desenvolve atividades com crianças, inclusive aquelas com deficiência, e seus familiares. Busca desenvolver atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centradas na brincadeira.

Link: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>

ANEXO 2

MODELO DE PLANO DE TRABALHO/PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA

Objetivos específicos (o que se pretende)	Ações/ atividades (como fazer)	Responsáveis (quem irá executar)	Recursos necessários (humanos e financeiros)	Prazos (quando começa e termina)	Metas (devem ser tangíveis, quanti ou qualitativamente)	Como medir	Situação (preencher conforme orientação)	Justificativa

Orientações para preenchimento da coluna Situação

Não iniciado: preencher campo com a cor vermelha

Iniciado com atraso: preencher campo com a cor amarela

Em andamento: preencher campo com a cor verde

Concluído: preencher campo com a cor azul

ANEXO 3

MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DO ARTICULADOR LOCAL

Quadro Sintético Mensal						
Município: _____						
Mês referência _____						
Atividade realizada	Data	Responsáveis	Locais	Nº de participantes ou beneficiários diretos	Carga horária	Observações
_____						Articulador Local

Quadro Sintético Mensal					
Município: _____					
Mês referência _____					
Atividade prevista e não realizada	Data	Responsáveis	Objetivos	Carga horária	Justificativas
_____					Articulador Local

Relatório Descritivo	Mês: _____
<p>1. Há dificuldades ainda não solucionadas? Se sim, liste-as.</p> <p>2. Listar as dificuldades solucionadas e informar como se deu a superação.</p> <p>3. Como você avalia a atuação dos parceiros institucionais? Liste os mais atuantes, informe a sua contribuição. Liste os que necessitam de mais atenção para o próximo período.</p> <p>4. Que aprendizados podem ser tirados a partir da análise dos avanços e o que precisa ser alterado para a próxima etapa.</p> <p>5. Comentários adicionais.</p>	

ANEXO 4

MODELO DE RELATÓRIO DE FORMAÇÃO E SUPERVISÃO

Com o objetivo de sistematizar o processo e aprender com a experiência do apoio ao (nome do programa), pede-se a colaboração dos capacitadores na elaboração do relatório abaixo. Favor anexar a este relatório: a) PowerPoint (caso houver); b) listagem de material de apoio (textos, livros, DVD, etc.); e c) fotos e lista de presença.

TEMA DA OFICINA DE FORMAÇÃO/SUPERVISÃO:

Formadores:.....

Data:

Local:.....

Participantes (perfil e número):.....

Organização

1. Como foi a organização da formação/supervisão (descrever como foram definidos pontos como número e perfil de participantes, divisão dos grupos e do tempo disponível, etc.)? Houve algum percalço? Há algo positivo ou negativo que você gostaria de destacar? Qual?

Conteúdos

2. O que foi trabalhado/discutido na formação/supervisão? (qual era a demanda ou acordo prévio?)
3. O formato da formação/supervisão pareceu adequado para a necessidade do grupo e para a multiplicação da formação? Há algo positivo ou negativo que você gostaria de destacar?

Processo

4. Presença na formação/supervisão: o número e perfil de participantes era o esperado/acordado? Se não, indique o que ocorreu.
5. Quais foram as suas impressões quanto ao clima da formação/supervisão? (como estava a disposição do grupo para o trabalho, impressões sobre a dinâmica do grupo e aspectos emocionais expressos e não expressos).
6. Pela sua observação e pelos relatos dos grupos, quais os principais pontos que podem dificultar e/ou facilitar a implantação da multiplicação e a incorporação dos conhecimentos à prática? (exemplo: propostas políticas conflitantes; comprometimento/perfil das lideranças; comunicação entre instâncias envolvidas; carência de profissionais e/ou serviços).
7. Há aprendizados retirados da execução desta atividade que você gostaria de destacar?
8. Há propostas de mudanças de processo ou sugestões que você gostaria de destacar?

ANEXO 5

**MODELO DE PORTARIA OU DECRETO DE INSTITUIÇÃO DO
COMITÊ GESTOR MUNICIPAL**

Data, Imprensa Oficial do Município de XX, Página XX

PORTARIAS, SECRETARIA DA CASA CIVIL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO,

LEIS

PORTARIA Nº XX, DE (DATA)

_____, prefeito do município de _____, Estado de _____, no uso de suas atribuições legais e face ao que consta do Processo Administrativo nº _____, **D E S I G N A**, para compor o COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA _____, os servidores _____ e _____, representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; _____ e _____, representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes; _____ e _____, representantes da Secretaria Municipal de Saúde; _____, representante da Secretaria Municipal de Comunicação Social; e _____, representante da Secretaria Municipal da Casa Civil. **D E S I G N A**, ainda, _____, para compor referido COMITÊ, na qualidade de Articulador (a) Local.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeito de _____

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada
na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de

_____, aos _____ (data).

ANEXO 6

MODELO DE LEI QUE INSTITUI A SEMANA DO BEBÊ

GABINETE DO PREFEITO Lei nº _____

Paço Municipal " _____", endereço, cidade, Estado, LEI Nº _____, DE _____ DE _____ DE _____. **"Institui a Semana do Bebê no Município de _____"**.

Eu, _____, Prefeito Municipal de _____, Estado de _____, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei.

Faço saber que a Câmara Municipal de _____, em sua sessão _____ ordinária, realizada no dia ____ de _____ de _____, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º – Fica instituída a Semana do Bebê no Município de _____, a ser realizada no mês _____ de cada ano.

Art. 2º – As atividades alusivas serão planejadas e organizadas por uma Comissão Especial, constituída por representantes das Diretorias Municipais da Educação, Esporte e Lazer, da Saúde e da Assistência Social.

Art. 3º – Para o desenvolvimento das atividades poderão ser convidados: clubes de serviço, ONGs voltadas para a proteção da criança e do adolescente, entidades de classe de trabalhadores e empresariais, associações de bairro, igrejas, meios de comunicação, grupos de jovens e outros grupos afins.

Art. 4º – As atividades realizadas durante a Semana do Bebê têm por objetivo informar sobre a importância de investir na primeira infância, mobilizando toda a sociedade a apoiar as gestantes, promover o vínculo mãe-bebê e estimular o desenvolvimento das capacidades motora, cognitiva e afetiva da criança.

Parágrafo único – Entre as atividades poderão ser programadas palestras, encontros, simpósios, seminários, concursos, mesas-redondas, oficinas, exibição de vídeos que tratem das relações familiares, além de oferecer espaço para a comunidade expressar suas preocupações e expor suas propostas.

Art. 5º – Além de incentivar um novo comportamento em relação às gestantes e aos bebês, a Semana do Bebê pode propor o incentivo ao aleitamento materno, promover o levantamento dos indicadores sociais do município, acompanhando a sua evolução nos anos seguintes.

Parágrafo Único – São relevantes os levantamentos dos indicadores sociais referentes à taxa de mortalidade infantil, inclusive a neonatal, ao número de partos normais, ao número de cesarianas, a proporção de gestantes com seis ou mais consultas de pré-natal, a proporção de gestantes com menos

de 20 anos, aos hospitais de referência em outros municípios, ao percentual de bebês com aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, ao número de creches e de pré-escolas existentes, vagas oferecidas pelas creches e pré-escolas, se as vagas são suficientes para atender todas as crianças do município, taxa de escolaridade das gestantes, registro de nascimento, entre outros.

Art. 6º – O programa Semana do Bebê, poderá ser realizado com dotações orçamentárias específicas, bem como através de doações de terceiros, de parcerias com o setor privado e de repasses advindos do Estado e da União.

Art. 7º – As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____, ____ de _____ de _____.

Prefeito Municipal

Lei originária do Projeto _____, de autoria do Vereador _____, do Partido

_____.

Procurador Jurídico

Publicada e afixada pela Secretaria da Prefeitura de _____, em ____ de _____ de

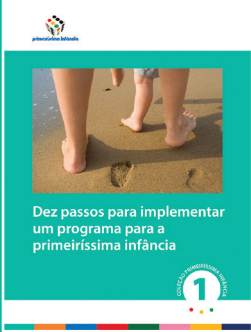
_____.

Secretária-Chefe

AGRADECIMENTOS

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) só pode concretizar seus objetivos em favor da primeira infância porque conta com a vontade política de gestores e o compromisso dos profissionais da Educação, Saúde e do Desenvolvimento Social de cidades que abraçaram esta causa.

Nosso sincero agradecimento aos municípios parceiros de Botucatu, Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Penápolis, São Carlos, São José do Rio Pardo, Várzea Paulista e Votuporanga, todos do Estado de São Paulo, que acreditaram no nosso trabalho e adotaram o Programa Primeiríssima Infância para prover um melhor desenvolvimento infantil às crianças que neles habitam, dando um grande passo à construção de uma sociedade melhor e mais justa.




Dez passos para implementar um programa para a primeiríssima infância

1



Avaliação participativa da atenção à primeiríssima infância

2



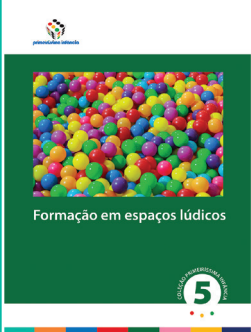
Formação em pré-natal, puerpério e amamentação: práticas ampliadas

3



Formação em trabalho com grupos: famílias grávidas e com crianças de até três anos

4



Formação em espaços lúdicos

5



Formação em educação infantil: zero a três anos

6



Formação em humanização do parto e nascimento

7



Formação em puericultura: práticas ampliadas

8